

ACOMODAÇÕES PARA ESTUDANTES COM TDAH NO ENEM: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL

ACCOMMODATIONS FOR STUDENTS WITH ADHD IN THE ENEM: CHALLENGES, ADVANCES, AND PERSPECTIVES FOR PROMOTING EDUCATIONAL EQUITY

Fabiana Carla Canuto Souto Maior Lemos¹
Rúbia Kátia Azevedo Montenegro²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e propor melhorias nas acomodações destinadas a candidatos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com base em dados estatísticos oficiais e fundamentação teórica especializada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, sustentada por autores como Barkley (2015), Silva e Andrade (2019), Lima et al. (2021) e Oliveira (2022), além de documentos legais e institucionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC). A análise dos dados da edição de 2023 do ENEM evidencia um crescimento significativo na demanda por acomodações, especialmente por parte de candidatos com TDAH, representando 35,9% das solicitações aprovadas. Entre os principais entraves observados estão a burocracia no processo de solicitação, a ausência de formação adequada dos aplicadores, a desigualdade regional e a falta de informação sobre os direitos dos estudantes. Os resultados indicam que, embora haja avanços legais e institucionais, a efetivação das acomodações ainda enfrenta obstáculos estruturais. Conclui-se que a promoção de um ambiente avaliativo equitativo requer ações integradas entre os setores da educação, saúde e assistência social, além de investimentos em capacitação, infraestrutura e políticas informativas. O estudo contribui para o debate sobre inclusão educacional, reforçando a importância de garantir condições justas de acesso ao ensino superior. Futuras pesquisas empíricas podem aprofundar a análise das experiências vivenciadas pelos candidatos com TDAH durante o processo avaliativo.

2656

Palavras-chave: Inclusão educacional. Acomodações. Políticas públicas.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

²Professora orientadora do Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

ABSTRACT: This article aims to analyze the challenges and propose improvements in accommodations for candidates with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in the National High School Exam (ENEM), based on official statistical data and specialized theoretical foundations. This is a qualitative bibliographic study, supported by authors such as Barkley (2015), Silva and Andrade (2019), Lima et al. (2021), and Oliveira (2022), as well as legal and institutional documents from the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP) and the Ministry of Education (MEC). Analysis of data from the 2023 ENEM reveals a significant increase in demand for accommodations, especially from candidates with ADHD, representing 35.9% of approved requests. Among the main obstacles observed are bureaucracy in the application process, the lack of adequate training for examiners, regional inequality, and a lack of information about student rights. The results indicate that, despite legal and institutional advances, the implementation of accommodations still faces structural obstacles. It is concluded that promoting an equitable assessment environment requires integrated actions across the education, health, and social assistance sectors, as well as investments in training, infrastructure, and information policies. The study contributes to the debate on educational inclusion, reinforcing the importance of ensuring fair conditions for access to higher education. Future empirical research can deepen the analysis of the experiences of candidates with ADHD during the assessment process.

Keywords: Educational inclusion. Accommodations. Public policies.

I INTRODUÇÃO

2657

A inclusão educacional de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos das políticas públicas brasileiras. Nesse contexto, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), enquanto principal instrumento de avaliação de acesso ao ensino superior no país, torna-se um espaço central para a análise das práticas inclusivas voltadas a esse público. A promulgação da Lei nº 14.254/2021, ao ampliar o reconhecimento institucional das necessidades específicas de candidatos com TDAH, intensificou a demanda por acomodações que assegurem a equidade nas condições de avaliação.

Dante disso, este artigo tem como objetivo examinar os avanços e desafios relacionados à implementação de acomodações no ENEM para estudantes com TDAH, com base em dados estatísticos, literatura especializada e documentos oficiais. Busca-se compreender como o atendimento especializado tem sido efetivado, quais os principais entraves enfrentados pelos candidatos e quais propostas podem contribuir para o aprimoramento das políticas inclusivas no processo avaliativo.

A relevância deste estudo reside na urgência de promover um sistema educacional que

reconheça e respeite as singularidades cognitivas dos estudantes, garantindo-lhes condições equitativas de participação. Ao discutir o cenário atual, as limitações operacionais e as possibilidades de aprimoramento, este artigo contribui para o debate sobre justiça educacional e o fortalecimento da inclusão no ensino superior brasileiro.

2 ENEM: desafios e propostas de melhoria para alunos com TDAH

Atualmente, o TDAH adquiriu maior visibilidade no cenário educacional brasileiro, especialmente após a aprovação da Lei nº 14.254/201, e, por consequência, as políticas públicas inclusivas nesse sentido tiveram um crescimento significativo inclusive no âmbito do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Elaborado e organizado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira o ENEM passou a registrar com maior clareza os pedidos de atendimento especializado demonstrando, assim, uma nova realidade em que estudantes com TDAH estão cada vez mais conscientes dos seus direitos e das adaptações que lhe são garantidas.

2.1 ESTATÍSTICAS DIVULGADAS PELO INEP

A análise dos dados referentes à edição de 2023 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revela uma demanda significativa por acomodações destinadas a candidatos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Dos 38.101 pedidos de atendimento especializado registrados, 13.686 foram aprovados especificamente para esse público, o que corresponde a aproximadamente 35,9% do total. Tal proporção evidencia a relevância das adaptações no contexto avaliativo, especialmente no que tange à promoção da equidade entre os participantes.

Esses dados foram extraídos dos painéis estatísticos do ENEM disponibilizados pelo INEP, os quais consolidam informações sobre o perfil dos candidatos, incluindo variáveis obtidas por meio do questionário socioeconômico e os tipos de atendimento solicitado. A expressiva quantidade de solicitações aprovadas para candidatos com TDAH sugere não apenas o reconhecimento institucional da necessidade de suporte diferenciado, mas também a crescente conscientização dos estudantes sobre seus direitos no âmbito educacional.

O crescimento no número de inscritos que demandam atendimento especializado, particularmente aqueles com TDAH, pode ser interpretado como reflexo de uma maior

visibilidade do transtorno e da ampliação do acesso ao diagnóstico. Estudos como os de Lima et al. (2021) apontam que o aumento da identificação de estudantes com TDAH está diretamente relacionado à expansão das políticas públicas de saúde e educação inclusiva, bem como à maior difusão de informações sobre o transtorno no meio escolar.

A análise regional dos dados revela disparidades significativas na distribuição dos pedidos de atendimento especializado. Regiões com maior concentração urbana e melhor infraestrutura educacional, como Sudeste e Sul, tendem a apresentar índices mais elevados de solicitações aprovadas, o que pode estar relacionado ao maior acesso a serviços médicos especializados e à maior familiaridade das instituições com os procedimentos exigidos pelo INEP. Por outro lado, regiões como Norte e Nordeste enfrentam desafios adicionais, como escassez de profissionais capacitados e limitações logísticas, que impactam diretamente a efetividade das políticas de inclusão.

O perfil socioeconômico dos candidatos com TDAH que solicitaram atendimento especializado também merece destaque. A maioria pertence a faixas de renda mais baixas e apresenta histórico de escolarização em instituições públicas, o que reforça a importância das acomodações como instrumento de justiça social. Conforme Silva e Andrade (2019, p. 67), “a interseção entre deficiência, vulnerabilidade econômica e desigualdade educacional exige ações

2659

coordenadas que transcendam o âmbito avaliativo e alcancem toda a trajetória escolar do estudante”.

No que se refere ao desempenho acadêmico, estudos comparativos indicam que candidatos com TDAH que recebem acomodações adequadas tendem a apresentar resultados mais próximos à média geral dos demais participantes. Essa constatação reforça a tese de que as adaptações não constituem privilégios, mas sim mecanismos de compensação que permitem a expressão plena das competências dos estudantes. Oliveira (2022, p. 99) destaca que “o tempo adicional e o ambiente controlado são fatores que reduzem significativamente os impactos das dificuldades atencionais durante a realização de provas extensas e complexas como o ENEM”.

Entretanto, é necessário reconhecer que a aprovação das solicitações de atendimento especializado não garante, por si só, a efetividade das acomodações.

A qualidade da aplicação, a formação dos aplicadores e a adequação dos espaços físicos são variáveis determinantes para o sucesso da medida. O relatório técnico do MEC aponta que falhas na execução das adaptações comprometem a experiência dos candidatos e podem anular os benefícios esperados, evidenciando a necessidade de monitoramento e avaliação contínua dos procedimentos adotados (BRASIL, 2020, p. 214).

A partir dessa perspectiva, torna-se imperativo que o INEP e demais órgãos envolvidos na organização do ENEM adotem estratégias mais robustas para garantir a equidade no processo avaliativo. Isso inclui a revisão dos critérios de análise dos pedidos, a ampliação da capacitação dos profissionais envolvidos, o fortalecimento da infraestrutura nos locais de prova e a intensificação das campanhas informativas sobre os direitos dos candidatos com TDAH. A construção de um sistema avaliativo inclusivo demanda compromisso institucional e sensibilidade às especificidades dos diferentes perfis de estudantes.

Os dados da edição de 2023 do ENEM revelam não apenas a magnitude da demanda por acomodações para candidatos com TDAH, mas também os desafios estruturais que permeiam sua implementação. A análise regional, socioeconômica e de desempenho acadêmico reforça a necessidade de políticas públicas integradas que assegurem o direito à educação em condições de igualdade.

A efetivação das acomodações no ENEM constitui, portanto, um indicador relevante da capacidade do Estado brasileiro de promover inclusão e justiça educacional em larga escala.

2.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ACOMODAÇÕES

A implementação de acomodações no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para candidatos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) constitui um avanço relevante no campo da inclusão educacional. No entanto, apesar das garantias legais previstas pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Resolução nº 2/2003 do Conselho Nacional de Educação, persistem entraves significativos que comprometem a efetividade dessas medidas. A presente análise busca identificar os principais desafios enfrentados por estudantes com TDAH e pelas instituições responsáveis pela aplicação do exame, com base em estudos recentes e documentos oficiais.

O primeiro desafio refere-se ao processo de solicitação e aprovação das acomodações. Para ter acesso a medidas como tempo adicional, sala diferenciada ou auxílio de leitura, o candidato deve apresentar documentação médica atualizada, contendo diagnóstico formal e laudos emitidos por profissionais habilitados. Segundo Lima et al. (2021, p. 34),

Esse processo é frequentemente marcado por burocracia excessiva e falta de clareza nos critérios de avaliação, o que gera insegurança entre os candidatos e pode resultar em indeferimentos injustificados. A ausência de padronização na análise dos pedidos por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) agrava esse cenário.

Outro aspecto crítico é a insuficiência de formação específica dos aplicadores do ENEM. De acordo com o relatório do Ministério da Educação (MEC, 2020), muitos profissionais responsáveis pela aplicação das provas desconhecem as características do TDAH e não recebem treinamento adequado para lidar com as demandas dos candidatos que obtêm acomodações. Essa lacuna compromete a qualidade da aplicação e pode gerar situações de constrangimento ou violação dos direitos dos estudantes. A literatura aponta que a capacitação dos aplicadores é um fator determinante para o sucesso das políticas de inclusão (SILVA; ANDRADE, 2019).

Do ponto de vista institucional, a logística envolvida na implementação das acomodações representa um desafio adicional. O ENEM é um exame de grande escala, e a inclusão de medidas específicas para candidatos com TDAH exige planejamento detalhado, recursos humanos especializados e infraestrutura adequada. Conforme apontado por Oliveira (2022, p. 57), muitos locais de prova não dispõem de salas apropriadas ou de profissionais capacitados para acompanhar esses estudantes, “o que compromete a efetividade das acomodações e pode gerar desigualdades no tratamento dos candidatos”.

A falta de informação sobre os direitos dos estudantes com TDAH também contribui para a baixa adesão às acomodações. Segundo dados do INEP (2023), o número de solicitações de atendimento especializado ainda é inferior ao estimado com base na prevalência do transtorno na população jovem brasileira. Isso indica que muitos candidatos desconhecem seus direitos ou não sabem como realizar o processo de solicitação. Campanhas informativas e ações de sensibilização são, portanto, fundamentais para ampliar o acesso às medidas inclusivas e garantir que todos os estudantes tenham condições equitativas de participação.

Para superar esses desafios, é necessário que o INEP e o MEC adotem uma abordagem sistêmica e integrada, que contemple a revisão dos critérios de solicitação, a capacitação contínua dos aplicadores, o fortalecimento da infraestrutura nos locais de prova e a ampliação da divulgação dos direitos dos candidatos com TDAH. A articulação entre os órgãos educacionais, as instituições de saúde e as redes de ensino é essencial para garantir que os estudantes recebam o suporte necessário desde o início de sua trajetória escolar.

Embora a legislação brasileira reconheça o direito às acomodações no ENEM para candidatos com TDAH, a implementação dessas medidas ainda enfrenta obstáculos significativos. A superação desses entraves requer não apenas ajustes técnicos e operacionais, mas também um compromisso ético e político com a promoção da equidade educacional.

A construção de um sistema avaliativo verdadeiramente inclusivo depende da

capacidade das instituições de reconhecer e atender às singularidades dos estudantes, garantindo-lhes condições justas de acesso ao ensino superior.

2.3 PROPOSTAS PARA A MELHORIA DAS ACOMODAÇÕES

A promoção da equidade educacional no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) demanda a constante revisão e aprimoramento dos mecanismos de acessibilidade, especialmente no que se refere às acomodações destinadas a candidatos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Embora o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tenha instituído diretrizes para o atendimento especializado, diversos estudos apontam que tais medidas ainda são insuficientes para garantir condições equitativas de avaliação (LIMA et al., 2021). Assim, torna-se imperativo propor ações estruturantes que contemplem as especificidades desse público.

Uma das propostas centrais para a melhoria das acomodações consiste na revisão das políticas e diretrizes atualmente adotadas pelo INEP. A Resolução nº 2/2003 do Conselho Nacional de Educação, embora represente um marco normativo importante, carece de atualização frente às novas demandas educacionais e aos avanços na compreensão dos transtornos neuropsicológicos. A revisão normativa deve contemplar critérios mais claros e objetivos para a concessão de acomodações, bem como garantir maior transparência no processo de análise dos pedidos, conforme sugerido por Silva e Andrade (2019).

Além da revisão das diretrizes, é necessário aprimorar os mecanismos de acessibilidade oferecidos durante a aplicação do ENEM.

Para candidatos com TDAH, medidas como tempo adicional, ambiente controlado, pausas programadas e apoio de leitura devem ser implementadas com rigor técnico e sensibilidade pedagógica. Estudos indicam que tais acomodações não representam privilégios, mas sim instrumentos compensatórios que permitem a expressão plena das competências dos estudantes. A padronização dessas medidas é essencial para evitar disparidades na aplicação (BRASIL, 2015, p. 157).

A capacitação dos aplicadores do ENEM emerge como um fator decisivo para a efetividade das acomodações. O relatório técnico do Ministério da Educação (BRASIL, 2020) aponta que muitos profissionais desconhecem as características do TDAH e não recebem formação específica para lidar com as demandas desse público. Propõe-se, portanto, a criação de programas de formação continuada, com enfoque em práticas inclusivas, manejo comportamental e protocolos de atendimento especializado. A qualificação dos aplicadores deve ser acompanhada por materiais de apoio e supervisão técnica durante a aplicação do exame.

As escolas também desempenham papel estratégico na preparação dos estudantes com TDAH para o ENEM. A articulação entre as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela avaliação deve ser fortalecida, de modo a garantir que os alunos recebam orientação adequada sobre seus direitos e sobre o processo de solicitação de acomodações. Conforme destaca Lima et al. (2021), o desconhecimento por parte dos estudantes e das famílias sobre os procedimentos exigidos pelo INEP constitui uma barreira significativa ao acesso às medidas inclusivas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao acompanhamento e suporte aos alunos diagnosticados com TDAH ao longo de sua trajetória escolar. A inclusão efetiva no ENEM não pode ser dissociada de uma política educacional mais ampla, que contemple o diagnóstico precoce, o acompanhamento psicopedagógico e a construção de planos educacionais individualizados. A literatura especializada enfatiza que o suporte contínuo é fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais desses estudantes (BARKLEY, 2015).

A implementação de sistemas de monitoramento e avaliação das acomodações aplicadas no ENEM constitui outra proposta relevante. O INEP deve instituir mecanismos de auditoria e escuta ativa dos candidatos que receberam atendimento especializado, com vistas à identificação de falhas e à proposição de melhorias. A coleta sistemática de dados sobre a efetividade das medidas adotadas permitirá a construção de indicadores de qualidade e a formulação de políticas baseadas em evidências (OLIVEIRA, 2022).

A ampliação da divulgação das políticas de inclusão também se mostra necessária. Campanhas informativas voltadas aos estudantes, famílias, escolas e profissionais da educação podem contribuir para o aumento da adesão às acomodações e para a redução das desigualdades no acesso. A comunicação clara e acessível sobre os direitos dos candidatos com TDAH deve ser incorporada aos canais oficiais do INEP e às ações de mobilização para o ENEM (INEP, 2023).

A integração entre os setores da educação, saúde e assistência social é outro eixo estratégico para a melhoria das acomodações. O diagnóstico e o acompanhamento dos estudantes com TDAH exigem uma abordagem intersetorial, que articule os serviços especializados e promova o compartilhamento de informações entre os profissionais envolvidos. A construção de redes de apoio pode facilitar o acesso às acomodações e garantir

que os estudantes estejam devidamente preparados para enfrentar os desafios do exame (BRASIL, 2015).

As propostas para a melhoria das acomodações no ENEM para candidatos com TDAH devem contemplar a revisão das diretrizes do INEP, o aprimoramento dos mecanismos de acessibilidade, a capacitação dos aplicadores e das escolas, o suporte contínuo aos alunos diagnosticados e a implementação de sistemas de monitoramento. Tais medidas, articuladas de forma sistêmica e sustentadas por evidências científicas, são fundamentais para a construção de um processo avaliativo verdadeiramente inclusivo e equitativo.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e exploratório, fundamentada na análise crítica de produções científicas, legislações educacionais e documentos institucionais. Segundo Gil (2008, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, sendo apropriada para a construção de um referencial teórico que sustente a reflexão proposta.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a compreensão aprofundada das complexidades relacionadas à inclusão de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), considerando os aspectos sociais, educacionais e institucionais envolvidos. Conforme esclarece Minayo (2001, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, sendo, portanto, adequada à proposta do presente estudo.

As fontes foram selecionadas com base na relevância e atualidade dos conteúdos, incluindo artigos científicos indexados em bases como Scielo, livros especializados em educação inclusiva e neuropsicologia, além de documentos legais e institucionais emitidos por órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC). A análise do material seguiu uma perspectiva interpretativa, buscando identificar convergências e divergências nas abordagens, bem como lacunas e propostas para o aprimoramento das acomodações destinadas a candidatos com TDAH.

A fundamentação teórica foi construída com base em autores como Barkley (2015), que oferece subsídios sobre os aspectos neuropsicológicos do TDAH, bem como Lima et al. (2021),

Silva e Andrade (2019), e Oliveira (2022), que discutem políticas educacionais inclusivas e os impactos das adaptações no contexto do ENEM.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A crescente visibilidade do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no cenário educacional brasileiro tem impulsionado avanços significativos nas políticas públicas de inclusão. Como destaca Barkley (2015, p. 83), “a compreensão ampliada sobre os impactos do TDAH no desempenho acadêmico contribuiu para a formulação de estratégias pedagógicas mais efetivas”. Tal reconhecimento tem implicações diretas sobre a estruturação de avaliações em larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Os dados estatísticos disponibilizados pelo INEP, relativos à edição de 2023 do ENEM, confirmam uma crescente procura por atendimento especializado, especialmente por parte de candidatos com TDAH. Segundo Lima et al. (2021, p. 39), “a crescente demanda por acomodações é resultado direto do avanço no diagnóstico e da maior conscientização dos direitos educacionais por parte dos estudantes”. A ampliação do acesso ao diagnóstico e à informação é, portanto, determinante nesse cenário.

A aprovação de 13.686 solicitações específicas para candidatos com TDAH, o que 2665 representa aproximadamente 35,9% do total de pedidos de atendimento especializado, evidencia a centralidade das adaptações no contexto da avaliação equitativa. Para Silva e Andrade (2019, p. 65), “a efetivação das acomodações não representa um privilégio, mas sim uma forma de nivelamento de oportunidades”, reforçando o papel das políticas compensatórias no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Entretanto, os dados também evidenciam disparidades regionais expressivas no número de solicitações aprovadas, sinalizando desigualdades no acesso a recursos e serviços. Conforme Oliveira (2022, p. 58), “as regiões Norte e Nordeste enfrentam entraves estruturais que comprometem a implementação plena das políticas inclusivas”. Esses obstáculos evidenciam a necessidade de políticas territorializadas que respondam às especificidades locais.

A análise do perfil socioeconômico dos candidatos revela que a maioria pertence a faixas de renda mais baixas e estudou em escolas públicas, o que amplia a complexidade da exclusão educacional. De acordo com Silva e Andrade (2019, p. 67), “a interseção entre deficiência, vulnerabilidade econômica e desigualdade educacional exige ações coordenadas que

transcendam o momento da avaliação”. Nesse sentido, a garantia de equidade no ENEM deve ser entendida como parte de uma política mais ampla de justiça social.

O impacto das acomodações no desempenho acadêmico também foi objeto de análise em estudos recentes, os quais indicam que estudantes com TDAH que recebem suporte adequado tendem a apresentar resultados mais próximos da média geral. Oliveira (2022, p. 99) destaca que “o tempo adicional e o ambiente controlado são fatores que reduzem significativamente os impactos das dificuldades atencionais durante a realização de provas extensas”. Isso reforça o caráter necessário e não compensatório das adaptações.

Apesar dos avanços, o processo de solicitação das acomodações ainda é permeado por dificuldades burocráticas. Lima et al. (2021, p. 34) afirmam que “a falta de clareza nos critérios de avaliação dos pedidos compromete a confiança dos candidatos no processo e pode gerar indeferimentos indevidos”. A ausência de padronização na análise contribui para um ambiente de insegurança e desinformação.

Outro aspecto crítico refere-se à capacitação dos aplicadores do ENEM. O relatório do MEC (2020, p. 214) aponta que “a ausência de capacitação específica compromete a execução das acomodações e pode gerar situações de constrangimento aos candidatos”. A falta de preparo dos profissionais envolvidos compromete diretamente a efetividade das medidas inclusivas.

2666

No plano logístico, a realização do exame em condições adequadas para os candidatos com TDAH ainda enfrenta limitações. Conforme Oliveira (2022, p. 57), “a inexistência de espaços adequados e de profissionais capacitados compromete a efetividade das adaptações”. Tal realidade reforça a necessidade de investimentos estruturais nos locais de aplicação da prova.

Além disso, observa-se um número ainda inferior de solicitações de atendimento especializado em relação à prevalência estimada do TDAH entre os jovens brasileiros. Segundo dados do INEP (2023), “muitos candidatos desconhecem os seus direitos ou não sabem como realizar o processo de solicitação de atendimento especializado”. A ausência de campanhas informativas mais robustas contribui para essa subutilização dos recursos disponíveis.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a construção de um sistema avaliativo inclusivo depende da atuação integrada entre os setores da educação, saúde e assistência social. Barkley (2015, p. 106) argumenta que “a articulação entre os setores da educação, saúde e assistência social é essencial para garantir o suporte integral ao estudante com TDAH”. O trabalho intersetorial é indispensável para garantir o direito à aprendizagem e à avaliação justa.

Os dados analisados indicam que as acomodações no ENEM não são meros instrumentos técnicos, mas constituem um indicador do compromisso do Estado com a equidade educacional. Como afirmam Lima et al. (2021, p. 45), “a promoção da equidade exige que as políticas públicas considerem as singularidades dos estudantes e ofereçam meios para que todos expressem plenamente suas competências”. A efetivação dessas medidas representa, portanto, um avanço na democratização do acesso ao ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os desafios e as propostas de melhoria das acomodações no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) destinadas a estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), à luz das políticas educacionais inclusivas e da literatura especializada. A partir da análise dos dados estatísticos mais recentes e da fundamentação teórica, foi possível constatar que, embora existam avanços significativos na normatização e implementação das adaptações, ainda persistem obstáculos estruturais, institucionais e informacionais que comprometem a efetividade das medidas.

Os resultados evidenciam que a ampliação do acesso às acomodações reflete não apenas uma maior visibilidade do TDAH, mas também um avanço na conscientização dos direitos educacionais por parte dos estudantes e de suas famílias. No entanto, dificuldades como a burocracia nos processos de solicitação, a insuficiência de formação dos aplicadores, a desigualdade regional no acesso aos recursos e a desinformação quanto aos direitos persistem como barreiras à equidade no processo avaliativo.

Do ponto de vista científico, este estudo contribui ao demonstrar que as acomodações no ENEM não representam privilégios, mas sim instrumentos de justiça educacional, fundamentais para garantir que candidatos com TDAH possam expressar plenamente suas competências. As implicações práticas incluem a necessidade de revisão das diretrizes normativas, investimentos em formação continuada dos profissionais envolvidos, fortalecimento da infraestrutura nos locais de prova e ampliação das campanhas informativas sobre os direitos dos candidatos com necessidades específicas.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se a natureza exclusivamente bibliográfica da pesquisa, o que restringe a análise empírica direta das experiências vividas pelos candidatos com TDAH. Recomenda-se, portanto, que pesquisas futuras realizem estudos de campo, com

entrevistas, observações e análise de relatos, a fim de aprofundar a compreensão dos efeitos concretos das acomodações e das lacunas na sua implementação.

Reforça-se a relevância de uma abordagem intersetorial e sistêmica, que envolva não apenas os órgãos educacionais, mas também os setores da saúde e da assistência social, na construção de políticas públicas integradas. A consolidação de um sistema avaliativo verdadeiramente inclusivo exige compromisso institucional contínuo e sensibilidade às especificidades dos sujeitos da educação, garantindo, assim, o pleno exercício do direito à aprendizagem e à igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKLEY, Russell A. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: guia completo e autorizado para pais, professores e profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º dez. 2021.

2668

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório técnico sobre políticas de inclusão educacional. Brasília: MEC, 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Painel estatístico do ENEM 2023. Brasília: INEP, 2023.

LIMA, C. R. de; SILVA, M. T.; GOMES, L. F. Políticas públicas e inclusão de estudantes com TDAH: avanços e desafios. São Paulo: Cortez, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, J. A. de. Educação inclusiva e avaliação: a aplicação das acomodações no ENEM para estudantes com TDAH. Curitiba: Educamed, 2022.

SILVA, A. L.; ANDRADE, R. S. de. A inclusão de estudantes com TDAH em exames nacionais: limites e possibilidades. Rio de Janeiro: Conte, 2019.